

WALDIR GARCIA

SILVIES

A penetração do vale amazônico. A fundação da missão do Saracá. Os mercedários no rio Urubá. As sangreiras praticadas por Favella. Silves e a emancipação política do Amazonas. Dois depoimentos insuspeitos a favor de Silves Exortação.

MANAUS — AMAZONAS

1952

Criticado

*067
B*

*As ilust. histórias
de Espiranga Monteiro
monte o livro
20.10.52*

MARIO YPIRANGA MONTEIRO

WALDIR GARCIA

Reg. prot. n.º 449 (obra 45.º)

SILVES

A penetração do vale amazônico. A fundação da missão do Saracá. Os mercedários no rio Urubú. As sangreiras praticadas por Favella. Silves e a emancipação política do Amazonas. Dois depoimentos insuspeitos a favor de Silves. Exortação.

nº 67

MANAUS — AMAZONAS
1952



*AmM
1181*

- Autrópofago - pederasta ativo

= O pai de Eça de Queiroz era brasileiro e chamava-se
Dr. José Maria Teixeira de Queiroz. Nasceu no Rio.

= O Marques de Pombal pensava assim dos avós indí-
genas.

Manhãzinha: O Município eo Estado.



PROLEGÔMENOS

Quando se preparam sob os melhores auspícios os festejos comemorativos do primeiro centenário da elevação de Silves à categoria de Vila e sua instituição como município ; quando todas as atenções estão voltadas para aquêle recanto singelo e pacato que nos serviu de berço, não poderíamos alhear-nos da extasiante alegria que invade a alma de todos os silvenses. E foi assim pensando, que sentimos oportuno dar a conhecer aos nossos conterrâneos de fatos históricos que assinalaram a criação da tricentenária missão do Saracá, hoje a encantadora Vila de Silves.

Surgiu nos a ideia de coligir dados nos livros dos cronistas, em vários numeros da “Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas”, em artigos publicados nos jornais e da autoria de renomados cronistas, sociólogos e historiadores e, sobretudo, na célebre obra de Arthur Cezar Ferreira Reis — a “História do Amazonas” —, da qual copiamos vários trechos para não nos desviarmos do roteiro de trabalho a que nos propusemos realizar.

E no entrevêro das nossas obrigações profissionais, que já não são poucas, no magistério e na advocacia, recorreremos àquelas fontes de informações preciosíssimas para assinalarmos neste despretencioso trabalho o perfil histórico de SILVES, e o apresentarmos neste dia em que a vetusta Vila se engalana para, no seu altar de mãe afável e carinhosa, receber de seus filhos, genuflexos, a veneração deles e as felicitações sinceras de seus amigos.

Eis, pois, consubstanciada nas linhas que se seguem, a nossa modesta contribuição aos festejos de 21 de outubro de 1952.

Waldir Garcia.

A MISSÃO DO SARACÁ

O arrojado feito de Pedro Teixeira, êsse intrépido e audaz sertanista, que levou aos contrafortes andinos os brasões da corôa lusa, marcou na história da colonização portuguesa, no Amazonas, o seu mais notavel feito, e pode-se afirmar mesmo que a Pedro Teixeira Portugal deve a conquista da Amazônia.

A expedição de Pedro Teixeira, abrindo as comunicações com Quito, provando-as exequíveis, tornando melhor conhecido o trecho entre os Andes e o Atlantico, ensinou aos sertanistas de Belém e São Luíz a avançada, mais tarde prova para o dominio que exerceram.

Retornando de Quito, Pedro Teixeira traz consigo os primeiros mercedários: Frei Affonso de Armejo, Diogo da Conceição, João da Mercê e Pedro de la Rue, solicitados para a fundação de um convento em Belém. Êsses missionarios religiosos, alem de outros empreendimentos de vulto, ao chegarem a Belém, iniciaram a construção de uma igreja e de um convento, e formando ali o seu quartel general, internaram-se pela "Hiloea", no cumprimento da missão a que se destinavam: catequese dos índios, formação de aldeamentos para a fixação das tribus nômades à terra que lhes pertencia a elas. E foi no cumprimento dessa missão sôbre todos os aspectos louvavel e patriótica, que Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, funda a aldeia do Saracá, primeiro nucleo da colonização portuguesa no Amazonas.

Assim é que "em 1663, o sargento-mor Antonio Arnau de Vilhela, a mando do governador paraense Rui Vaz de Siqueira, internando-se pelo sertão, veio a sair no Urubú. Próximo, no lago de Saracá, onde desagúa o Urubú, fôra fundada pouco antes, por Frei Raimun-

do, da Ordem das Mercês, a missão do Saracá. O rio era povoado pelos Caboquenas, Bararurús e Guanavenes, que avisados da chegada da expedição foram procurá-la, persuadindo Villela e Frei Raimundo da facilidade de conseguir escravos se subissem mais para as cabeceiras do Urubú. Acreditando na notícia magnífica, a tropa de resgate acompanhou-os, ficando, no Saracá, na ilha onde hoje se ergue a Vila de Silves, apenas uma pequena guarnição. Em caminho Villela foi assassinado barbaramente com quasi todos os companheiros. Os poucos que conseguiram salvar-se, entre eles frei Raimundo, buscaram refugio na missão do Saracá, onde o alferes João Rodrigues Palheta organizou a defesa, e à frente dos soldados que lá estavam foi ao encontro dos tapuios, vencendo-os num sangrento combate.

A nova desses sucessos Belém a recebeu com grande pesar. Tratou-se de organizar uma expedição para castigar os Caboquenas, Bararurús e Guanavenes”.

O GRANDE MASSACRE DE INDIGENAS DO URUBÚ

O governador Vaz de Siqueira impossibilitado de dirigir a expedição pelos afazeres da administração, entregou-a ao comando do capitão PEDRO DA COSTA FAVELA, que já se celebrizara antes como terrível chacinador de indigenas, desde quando, subalterno de Pedro Teixeira, na grande expedição a Quito, castigára energicamente os Encabelados. A 6 de setembro, trinta e quatro canoas largavam de Belém, conduzindo quatrocentos soldados e quinhentos índios, dirigidos por experimentados capitães. A 25 de novembro, Favella chegava à boca do Urubú, no lugar onde está edificada a cidade de Itapiranga. Ai desembarcava uma parte de suas forças, talvez para garantir a retirada em caso de derrota, seguindo após a cumprir as ordens que recebera.

Não teve contemplações. Levou tudo a ferro e fogo. Reduziu a cinzas trezentas malocas, liquidou setecentos indigenas, aprisionando quatrocentos. Infligiu uma terrível lição. Reforçado com um importante destacamento comandado pelo sargento-mór Antonio da Costa, enviado apressadamente pelo governador Vaz de Siqueira, caçou os traidores por todos os recantos do rio. Fez uma sangreira. E Favella distinguiu-se pelo extermínio das tribus do Urubú.

Em 1668 Favella voltou ao Urubú, despachado pelo governador paraense Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, como cabo de uma tropa de resgate. Ali encontrou os Aroquis, que o guiaram até o Rio Negro, onde os Tarumás o acolheram bem. Frei Theodosio da Veiga, religioso da Ordem das Mercês, que o acompanhava, fundou então, nas imediações de Aruim, o primeiro povoado da região do rio Negro. Esse povoado, anos depois transferido para a foz do rio Jahú, recebeu o nome de Santo Elias do Jahú. É hoje o lugar Airão. Regressando ao Pará, Favella deu conta dos atos praticados ao governador Coelho de Carvalho, que diante das informações julgou conveniente mandar guarnecer a embocadura do rio Negro. Garantia, assim, o dominio português na região e criava um registro para os índios escravizados pelos sertanitas, que daí em diante teriam onde socorrer-se nos momentos críticos. Era o ano de 1669.

Quasi ao findar o século dezessete, os portugueses possuíam além do fortim de São José, no Lugar da Barra, o povoado de Caborí, a aldeia dos Tarumás e a missão do lago Saracá. Era o início do povoamento.

OS MERCEDARIOS NO RIO URUBÚ

A resolução de 17 de fevereiro de 1718, do Conselho Ultramarino, e as ordens régias de 9 de março de 1718 e 13 de abril de 1728, fixaram de modo positivo os casos em que ficavam permitidas as entradas pelos sertões amazônicos, que só podiam realizar-se mediante autorização ou à ordem das autoridades. Os missionários tiveram mantida a licença, pela persuasão às tribus. Aos sertanistas coube o emprego da força, toda vez que as tribus, taxadas de hostil aos portugueses, acusadas de antropofagia e outros delitos e costumes condenados, se recusassem a atendê-los no convite para a localização em Belém ou São Luis. Os ameríndios, uma vez trazidos àqueles centros e matriculados em livros especiais, seriam repartidos pelos moradores, nos trabalhos agrícolas e domésticos, vestidos e sustentados pelos senhores, obrigados ainda a estipendiá-los, de acordo com as forças, idade, préstimo e capacidade de cada um.

Foi por essa época que os missionários começaram a fixar o indígena, entregue até então à vida nômade, pacificando-o e civili-

rando-o. Já não operavam quase os descimentos. Agora localizavam as tribus, aproveitando as aldeias onde as encontravam, ou as conduziam a paragens melhores, fundando as missões que deram origem às vilas e cidades de mais tarde, de nossos dias.

Representando diversas ordens religiosas, cada qual mais empenhada em obter maiores triunfos na dilatação da fé internavam-se também pelo sertão, arrostando perigos, expostos à inclemência de surpresas de toda sorte. Surgiram, naturalmente, dessa atividade constante das ordens, conflitos de jurisdição. A fim de evitá-los, a carta régia de 19 de março de 1693 dividiu o teatro das operações; confiou aos jesuitas os trabalhos no distrito sul do rio Amazonas até a fronteira com as colônias espanholas; e aos religiosos de Santo Antonio e da Piedade, a margem esquerda desse rio até perto do Urubù. Os jesuitas tinham ainda o trecho compreendido entre o Urubú e o Negro, e todo o vale dêste. A Companhia de Jesus pareceu de avantajadíssimas proporções a circunscrição que lhe cabia. Outra carta régia (29 de novembro de 1694), reformando a anterior, pôs termo à dificuldade, entregando aos mercedários o Urubú e aos carmelitas o rio Negro.

Os religiosos da Piedade não chegaram a missionar em território amazonense. Ficaram na zona oriental do Nhamundá. Os mercedários, já possuindo no lago do Saracá, que lhes coubera na partilha, a aldeia de Saracá, fundada por frei Raimundo nos tempos da sangreira de Pedro da Costa Favella, estabeleceram mais quatro: uma no Anibá, outra no Uatumã e as de São Pedro Nolasco e São Raimundo, no Urubú. As duas primeiras foram, anos depois, incorporadas à do Saracá, dando origem a atual Vila de Silves; as demais não tiveram prosperidade, desaparecendo ao cabo de algum tempo, com a dispersão dos nativos aldeados.

Os padres da Companhia de Jesus tomaram a seu cargo os índios do Madeira. Tiveram de enfrentar as correrias constantes dos Muras, terríveis, só pacificando às vésperas do século XIX. Despendendo esforços inauditos, conseguiram, no entanto, reunir índios na foz do Maturá, de onde passaram, perseguidos pelos Muras, para o Canumã. Ainda daí tiveram de mudar-se, levando os catecúmenos para a boca do Abacaxis, onde puderam permanecer definitivamente. Em março de 1757, por determinação de Men-

donça Furtado, o nascente povoado foi transladado para a margem esquerda do Amazonas, a um sítio de pedras pintadas, conhecido por Itacoatiára. É onde se ergue, altaneira, nos dias de hoje, a acolhedora e saudável cidade desse nome.

ELEVAÇÃO DE SILVES À CATEGORIA DE VILA

Fundada a missão do Saracá, pela maneira como acabamos de ver, continuaram os missionários no cumprimento da sua ardua tarefa e no afã de trazer ao convívio da civilização os indígenas daquelas paragens.

Em 1759 o governador de então, Joaquim Mello Póvoas elevou a aldeia de Saracá à categoria de Vila, alusitanando-lhe o nome para *Silves*, assim como o fez com Abacaxis, Ega, São Paulo de Cambebas, para Serpa, Tefé, São Paulo de Olivença.

Em 1833, com a execução do Código de Processo Criminal, tiraram-lhe a categoria de Vila reduzindo-a a simples freguesia. Na administração do Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda, já ao tempo da provincia, foi-lhe restituído o antigo topônimo — **SILVES** —, e reconduzida a povoação à categoria de Vila, cuja instalação se verificou a 14 de março de 1853, sendo esta restabelecida pela Resolução ou Lei Provincial nº 4, de 21 de outubro de 1852, cujo teor é o seguinte conforme seu original :

“RESOLUÇÃO N.º 4, de 21 de outubro de 1852

Eleva à categoria de Vila, desde já, a Freguesia de Silves. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, Bacharel Formado em Sciencias Jurídicas e Sociaes pela Academia de Olinda, Juiz de Direito. Chefe de Policia e 1.º Vice-Presidente da Provincia do Amazonas,

FAÇO saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou e eu Sanccionei a Resolução seguinte :

Art. 1º A freguesia de Silves fica desde já elevada à categoria de Villa, com a mesma denominação, que ora tem.

Art. 2.º A freguezia de Serpa fará parte do novo municipio, ficando o Governo da Provincia authorizado à marcar seus limites.

Art. 3º Ficam revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Authoridades, à quem o conhecimento desta Resolução pertencer que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nela se contem. O Secretario desta Provincia a faça cumprir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Governo da Provincia do Amazonas aos vinte e um dias do mês de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

MANOEL GOMES CORRÊA DE MIRANDA
BERNARDO FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO, a fez.

Sellada e publicada nesta Secretaria em 22 de Outubro de 1852

O Secretario, JOÃO WILKENS DE MATOS

Registrada a fls. 4 v. do Livro 1º de Leis e Resoluções Provinciais, Secretaria do Governo da Provincia do Amazonas, 23 de Outubro de 1852.

O Official, JOÃO D'OLIVEIRA SEIXAS"

* * *

Como se vê, a criação do Municipio de Silves foi decorrência da Resolução nº 4, de 21 de outubro de 1852, e dele fazia parte a Freguezia de Serpa, hoje Municipio de Itacoatiára, conforme se infere do art. 2º da supracitada Resolução.

Em virtude da Lei nº 92, de 6 de novembro de 1858, Silves foi considerado freguezia e como tal reconhecida para os efeitos civis e eclesiasticos.

A criação do Municipio de Silves foi confirmada pela Lei nº 33, de 4 de novembro de 1892.

SILVES E A INDEPENDÊNCIA

Ao traçarmos o perfil historico da criação de Silves, cumpre ressaltar um fato por demais significativo para conceituá-la como precursora do grande movimento empreendido no sentido de conquistar a autonomia política do Amazonas. O último governador colonial, o Coronel Manoel Joaquim do Paço, compreendendo que a Capitania tinha como dos males maiores que a infelicitavam a sujeição ao Pará, colocou-se ao lado do povo em defesa da autono-

mia da Capitania. Fez ver às comunas a necessidade de impetrar-se a D. João VI a medida salvadora: a independência. A ideia foi muito bem recebida porque já havia grande anseio pela autonomia do Rio Negro. A Câmara Municipal de Silves teve a glória de ser a primeira a movimentar-se. Em memorial a D. João VI, solicitou a medida lembrada, o que veio apressar a promulgação da Lei n.º 592, de 5 de setembro de 1850, que concedeu a independência do Amazonas, elevando-o à categoria de Província.

Silves tem sobre si quasi três séculos de tradições. E não obstante a sua igreja alvacenta, onde se cultua a Virgem Nossa Senhora da Conceição, como os homens, as cidades têm o mesmo destino: nascem, vivem, crescem e ... morrem, e também são vítimas de injustiças e perseguições.

* * *

Silves fica situada na encosta de um outeiro, numa ilha que mede aproximadamente dez quilômetros de profundidade por trinta de circunferência, em pleno delta do rio Urubú. Situada no coração do Município, com fácil acesso a embarcações de certo calado, e pelas condições do seu clima ameno e saudavel, Silves credencia-se como local indicado para a formação de uma belíssima cidade.

Não obstante êsses predicados com que Silves se apresenta, mudou-se a séde do Município para Itapiranga e Silves ficou reduzida a Vila. Vozes credenciadas, todavia, se levantaram em favor de Silves, embora não ecoassem no ouvido dos responsáveis pela administração pública, que fizeram sempre ouvido de mercador aos justos reclamos dos filhos da terra injustiçada e de homens de responsabilidades.

DOIS DEPOIMENTOS INSUSPEITOS

Temos satisfação de transcrever dois depoimentos insuspeitos em favor de Silves: um, publicado no jornal O DIA, edição do dia 21 de março de 1925, da autoria do Professor Paulo Eleuthério, àquele tempo membro proeminente do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas : — ”

DOIS ANOS DEPOIS...

SÔBRE O REBAIXAMENTO DE SILVES DE VILA A
POVOAÇÃO

É do teor seguinte o voto, apresentado no Instituto Histórico pelo ex-secretario Paulo Eleutherio :

“O predicamento da villa de Silves vem de data muito remota, desde o tempo do Brasil colonia. É um dos povoados mais antigos do Amazonas, tendo sido elevado a parochia em 1750 quando ainda se chamava Saracá. Foi villa nove anos depois, sob o actual nome de Silves, sendo governador da Capitania de S. José do Rio Negro, que então eramos, Joaquim de Mello Povoas. Feita a independencia e contando Silves já 73 annos como villa, reverteu o Amazonas, de capitania que era, (singulares destinos, os nossos !) em simples comarca do Pará. Mas, ainda assim, foi mantido o predicamento de Silves, que continuou sendo vila. Em 1852, já o Amazonas feito provincia, a lei n.º 4, de 21 de Outubro daquelle anno, confirmou Silves como villa. Seria preciso que chegassemos ao anno do centenario da nossa independencia, quando tudo progride, para que Silves regressasse à situação de antes de 1759, isto é, ha 163 annos ! Essa injustiça, que se não justifica, pois que a tradição historica tanto se fazia mister conservar, torna-se ainda mais clamorosamente quando Itapiranga, agora elevada a vila, é uma povoação modesta, onde não poderá ser instalada convenientemente a séde do municipio de Silves. Trago ao Instituto, pois, com essas razões, o meu voto de solidariedade aos habitantes de Silves, diminuida de seu predicamento secular de villa pela Lei n.º 1.138 de 25 de Março de 1922, producto da originalidade contemporanea dos nossos legisladores que, ignorantes das nossas tradições historicas, auferem a integridade de seus votos na craveira das conveniencias partidarias do momento”.

OS CONSIDERANDOS DO DECRETO DE 1925

Dois annos depois, como dissemos, o sr. Alfredo Sá, Interventor Federal, baixou o decreto n.º 23, do dia 27 de Fevereiro, restabe-

lecendo o antigo predicamento da villa de Silves, tomando por base os seguintes considerandos:

a) que a povoação de Itapiranga não reunia as condições indispensaveis ao fim a que foi destinada, não oferecendo conforto e nem commodidades para a instalação dos serviços publicos e residencia dos respectivos funcionarios.

b) que devido a esse facto, continuava sendo residencia da maior parte dos mesmos a antiga povoação de Silves, trazendo isso prejuisos, os negocios públicos e despesas forçadas, quer aos empregados estaduais, quer às partes interessadas.

c) que desde mais de um seculo foi sempre a povoação de Silves a séde do respectivo municipio, e que a mesma offerece condições necessarias para localisação e funcionamento das repartições públicas e residencia dos respectivos serventuarios.

d) considerando, finalmente, na confusão e inconveniencia que resultavam de serem differentes as denominações do municipio e de sua séde.

Ha outra coincidencia a resaltar nesse interessante facto da diminuição das prerrogativas de Silves: é que, quando fazia um anno do rebaixamento da historica povoação, o Instituto Historico premiava o governador, que inspirára e assignára a lei, com o titulo de socio honorario”.

* * *

Outro depoimento não menos significativo, da autoria do Desembargador Anisio Jobim, escritor de nomeada, figura das mais rutilantes das nossas letras, membro destacado do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, representante do nosso Estado na Câmara Alta do País, publicado no O Jornal, de Manaus, edição do dia 11 de abril de 148. Ei-lo :

S I L V E S

Não vejo razão para que se tivesse substituido o nome do Municipio de Silves, pelo de Itapiranga, ou Itaporanga, como se deve escrever...

Silves tem sobre si três séculos de tradições. Acordou para a vida social, há mais de trezentos anos. Em 1663 já vemos no lago de Saracá, uma das nossas conchas lacustres mais dilatadas e mais

belas, uma modesta missão de índios plantada à boca do lago e ainda no rio Urubú, protegida pela cruz que ali alçou o missionário da Ordem das Mercês, frei Raimundo. A missão tomou incremento e teve o poder de concentrar um núcleo de índios das grandes famílias dos Barururús, Caboquenas e Guanavenes.

Nessa grande corrente que vai buscar sua origem nas montanhas que nos separam da Guiana Inglesa, situaram-se outras missões como as de São Raimundo e a de São Pedro Nolasco, das quais não existem hoje sequer vestígios.

Havia, porém, o Urubú e com ele o famoso lago de Saracá, de serem teatro, em 1664, da mais negra e atroz covardia humana. Uma bandeira que o Governador do Maranhão e Grão-Pará, Rui Vaz de Siqueira, fez seguir pelos sertões da Amazonia para suprir o número de índios devastados pela epidemia das bexigas, dirigiu-se àquele possante afluente do Amazonas. Seu fim, como se pode supor, era o de escravizar os selvagens, trazê-los amarrados rio abaixo em grandes ubás ou canoas, para distribuí-los e vendê-los pelas missões e povoados.

Os índios da região naquele tempo chamada "o reino do Urubú (Berrêdo, *Anais*, vol. 1) cercaram o sargento-mór Antonio Arnau Vilela, a quem foi cometido o comando da bandeira, de provas de fingida amizade, e o persuadiram de que, entrando pelo rio, faria grande número de escravos. O comandante que levava consigo soldados de arcabuzes e índios frecheiros, deixou parte dessa força na missão de Saracá, levando consigo a outra parcela e afoitamente subiu o rio, onde tomou pouso e fez uma estacada defensiva. Pediram os índios soldados que o auxiliassem na captura dos bugres, e, sendo atendidos, internaram-se na floresta e pela madrugada mataram a todos e volveram ao sítio onde havia ficado o comandante, seus subalternos e sentinelas, trucidando-os, menos ao missionário e alguns soldados e índios frecheiros, que conseguiram fugir em direção de Saracá, onde deram a alarmante notícia.

Os valentes Guanavenes e Caboquenas desceram então e sem perda de tempo a corrente para investir a missão, porém, já avisado o seu comandante, o alferes João Rodrigues Palheta, reuniu a força de que dispunha, e saiu ao encontro dos terríveis selvícolas, dando-lhes combate, matando muitos deles e fazendo-os debandar.

A infelicidade dessa expedição devida à perfidia dos índios, suscitou verdadeira indignação no Pará e o governador Rui Vaz de Siqueira, que João Francisco Lisboa qualifica de improbo e ridículo, aparelhou uma formidável expedição, para dar combate aos ameríndios. Fez seguir na frente uma numerosa força sob as ordens do capitão Pedro da Costa Favela (6 de Setembro de 1664). Compunham-na trinta e quatro canoas com quinhentos índios comandados pelos seus respectivos tuchauas e de quatro companhias de tropas regulares dirigidas por quatro capitães de infantaria. No Tapajós ainda recebeu o concurso de outros caciques e fez-se no rumo do Urubú.

Logo a seguir uma segunda escolta, que devia ser comandada pelo próprio governador, para subsidiar a primeira, partiu até Porto de Moz, mas aí o general Rui Vaz de Siqueira, sendo chamado a Belém, para tratar de negócios do Estado, passou o comando ao sargento-mór Antonio da Costa, que prosseguiu viagem ao Urubú, (25 de Novembro).

O Urubú tornou-se um reducto de guerra. Paliçadas, fortificações a pau à pique, todo um rumor bélico ecoou na floresta. Favela penetrou nos matos, e de logo, nos piques sombrios, soaram os primeiros disparos mortíferos. Os Caboquenas, Guanavenes, e Bararurús, reunidos a outros índios das serras do Parú, vieram ao encontro dos portugueses, travando-se renhida luta. O estrago era já grande, quando chegou o reforço do sargento-mór Antonio Costa, que acabou de arrazar aqueles fortes guerreiros, que defendiam a sua terra. O desfecho foi terrível. Favela fez "uma carnificina inacreditável", diz B. Miranda. "Pela terceira vez ele se assinalava na bacia do Amazonas pelo terror e pelo panico." Além dos índios mortos, aprizionaram mais de setecentos e queimaram cerca de trezentas malocas, que ficaram reduzidas a escombros.

Vem assim Silves com esta heróica resistência aos desmandos dos colonos, que, no afã de capturar selvagens, eram imprudentes violadores de seus lares e de suas terras.

Ora, o nome Silves foi-lhe dado em 1759, em substituição ao de Saracá, da toponímia da língua tupi, quando já luziam os seus fogos em meio as ondas lagunárias do majestoso lago, que emoldura a ilha verdejante, que aflora ainda no leito do Urubú. Deu

a denominação lusitana o coronel Joaquim de Melo e Póvoas, que depois foi Governador do Maranhão, o qual elevou o povoado à dignidade de vila com aquele nome. Em 1833, com a execução do Código de Processo Criminal, tiraram-lhe a categoria de vila, reduzindo-a a freguezia. Na administração do Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, já ao tempo da provincia, foi-lhe restituído o apelido antigo de Silves, e reconduzida a povoação, àquela categoria, de vila, cuja instalação verificou-se a 14 de março de 1853, sendo esta restabelecida em Outubro de 1852.

Tinha então por limites Serpa pela foz do lago Canaçari, inclusive ; Parintins, ao tempo Vila Bela da Imperatriz, pela barreira Paurá ; e Maués pela barra do lago Arrozal, inclusive o mesmo lago. Esses limites foram depois modificados.

É de salientar que os termos judiciários de Serpa e de Silves já estiveram anexos ao da capital. Depois que se criou a comarca de Serpa passou a depender desta. Em 1911 ficou anexada à comarca de Urucará, e posteriormente à de Itacoatiara.

Itaporanga figura no quadro social dos municipios apenas desde 1922, quando, pela lei de 25 de Março daquele ano, o governo houve por bem elevar á categoria de vila o povoado, e para ele transferiu a sede do Municipio de Silves. Deu-se-lhe um golpe de morte. Não podia haver ato mais propicio para apressar a decadencia do lugar.

Itaporanga jaz no paraná da Capela num barranco alto, ingreme, ladeiroso, quase à pique. Exige um esforço tremendo para chegar até em cima. Silves, não. Gosa de uma situação esplendida sobre o dorso verdeengo da pitoresca ilha, tendo à frente o panorama admiravel do regaço inquieto e espumoso do lago sonoro de Saracá. O acesso à povoação é suave entre moitais de murta. Seu amplo perimetro urbano dá para uma grande cidade. Sobretudo o que lhe dá vida e esplendor é a sua magnifica tradição com que se não devia romper.

Pode Silves desaparecer, o que será um clamor, mas o que jamais se apagará da historia é que Silves foi o primeiro núcleo europeu instituido no Amazonas, e a fulguração de suas tradições, é de ter sido o berço das nossas aglomerações humanas, e o lugar sagrado, onde se travou a primeira batalha entre europeus e americanos.

Senhores ! Não deixemos Silves, que dista apenas duas horas de viagem a vapor por um canal florido e profundo, de Itaporanga, cair. Salvemo-la do desaparecimento, não a deixemos ruir com todo o fragor de seu belíssimo passado.

Nós temos uma dívida para com este povoado, que domina uma verdadeira mesopotâmia de lagos e extensos paranás e é o centro de uma rede de antenas líquidas, e principalmente uma terra farta, sadia, fresca, de águas cantantes vastas florestas ricas de essência e de produtos naturais. Acrescente-se que Silves é um município onde a porcentagem de analfabetos é menor do que em qualquer outro. Povoado relativamente populoso em outras épocas, eram cheias de lavouras ressumbrantes de seivas os barrancos do Cararaucú, onde viam-se enormes cacuais, cafesais e tabacais, e para dentro do antigo município, era grande, entre outras essências, a abundância do pau cravo. Esta riqueza vai minguando dia a dia numa escala decrescente, para dominarem no amplo costado da ilha encantadora as torres de sua veneranda igreja, consagrada a Nossa Senhora da Conceição e os arruados tristes. De Silves irrompeu uma proclamação patriótica pela autonomia do Amazonas. Lá vamos buscar a genealogia das primeiras famílias amazonenses.

Não a deixemos mergulhar no olvido, definitivamente. Salvemos Silves da ruína !

Disse Schopenhauer que somente a história pode dar a um povo a inteira consciência de si próprio. ”

* *

*

EXORTAÇÃO

No dia de hoje, 21 de outubro de 1952, milhares de corações brotam alegria, regosijados pela efeméride histórica, que comemoramos com todo o fevor do nosso civismo e do nosso amor filial à terra que nos serviu de berço.

Comparamos SILVES, pelo seu passado e pelo seu presente, a uma portentosa árvore, em cuja sombra nasceram e cresceram centenas de cidadãos. Depois, murcharam-se-lhe as fôlhas e os seus enrijecidos galhos começaram a fenecer, atrevidamente castigados pela ação deletérea do tempo. Muitos dos seus filhos emigraram em busca de remédios para minorar-lhe o mal. E a árvore acolhedora foi vivificada na sua seiva. Suas fôlhas tornaram ao verde, abundantes, e seus galhos voltaram a estender-se pelo espaço impulsionados como que por um heliotropismo singular.

Agora, novamente portentosa, centenares de silvenses voltam a admirar a árvore gigante e a deliciar-se na sua sombra acolhedora. E no dia de hoje, homens de todas as profissões: comerciantes, médicos, advogados, professores, militares, estudantes, funcionários públicos das mais diversas categorias, agricultores, representantes do povo nas casas legislativas, todos êles, unissonamente, contemplam a terra amada com veneração e respeito.

X X X

À mocidade de Silves cabe a tarefa do seu soerguimento.

Pertencemos a uma geração que está vencendo pela luta e pelo estoicismo, cujo ideal maior foi sempre inspirado pelo trabalho, que dignifica o homem e o conceitua na comunidade a que pertence. E repetimos, fazendo nossas as palavras sempre atualizadas de ENGENIEROS : — “Cada geração anuncia uma nova aurora, arranca-a da sombra, acende-a com seu anelar inquieto. Se olha para o alto e para longe, é fôrça criadora. Ainda que lhe não seja dado colher os frutos daquilo que semeou, terá segura recompensa na sanção da posteridade. O facho luminoso jamais se apaga, troca de mãos. Cada geração distende as asas onde a anterior fechou-as, para voar mais

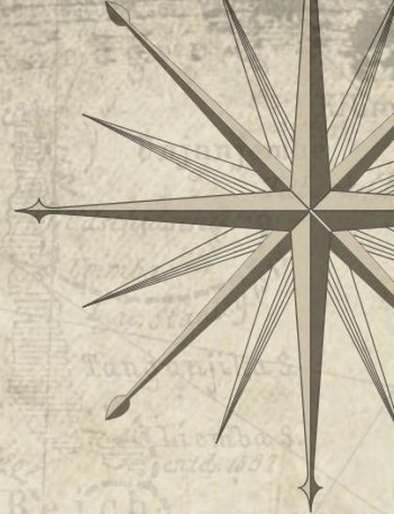
longe, sempre mais. Quando uma geração fecha-as no presente, não é juventude, sofre de senilidade precoce. Quando vôa para o passado, está agonizando; pior, nasceu morta. Os homens que não tiveram juventude pensam no passado e vivem no presente, perseguindo as satisfações imediatas que são o prêmio da domesticidade. Débeis por indolência, ou medrosos por ignorância, medram com paciência mas sem alegria. Tristes, resignados, céticos, acatam com uma fatalidade o mal que os rodeia, aproveitando-o quando podem. De sêres sem ideais, nenhuma grandeza os povos podem esperar.”

MOCIDADE SILVENSE:

Olhemos a nossa terra uberrima e acolhedora sempre com entusiasmo, ideal, e sobretudo com irrefreável vontade de soerguê-la. Ela nos pertence, e, portanto, façamos dela, pelo trabalho fecundo e honesto uma progressista cidade.



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de
**Cultura e Economia
Criativa**

